

Puro algodão
brasileiro.
Tá na moda.
Tá no mundo.

Contencionso do algodão: Camex disponibiliza para consulta pública a lista de itens que poderão sofrer retaliação cruzada

Página 3

Leia sobre o sucesso do lançamento do Psoal em três estados brasileiros Página 7

O ping pong do mês traz o assessor para assuntos internacionais da Abrapa Página 11

Ambição e ousadia com os EUA

Foi com ambição e ousadia que, em outubro de 2002, o Brasil protocolou junto ao Órgão de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC) dois pedidos de consultas que iniciavam contenciosos. Um, contra os subsídios americanos à produção e exportação de algodão, e o outro, contra os subsídios europeus para o açúcar. Tive o prazer de realizar o ato pessoalmente em Genebra, pois ocupava o cargo de secretário de Produção e Comercialização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O Governo Lula deu continuidade competente aos dois processos, tornando o Brasil vitorioso. O sucesso, nos dois casos, superou as avaliações mais otimistas da época. EUA e União Europeia reagiram de maneira diametralmente oposta. A União Europeia, embora nunca tenha admitido, se preparou para alterar seu regime açucareiro repleto de distorções e ineficiências.

Quando o painel de arbitragem do contencioso sobre a política açucareira da União Europeia divulgou sua decisão favorável ao Brasil, os europeus estavam preparados para mudar. O regime açucareiro foi alterado, não só atendendo a reivindicação do Brasil como introduzindo profundas alterações, visando à sua eficiência e modernidade.

Basicamente, a União Europeia reduziu sua produção total de açúcar, indenizando os produtores ineficientes e permitindo aos mais eficientes abastecerem o mercado consumidor europeu.

A União Europeia, que era o maior exportador mundial de açúcar, ficou impedida de exportar, eliminando esta concorrência com o Brasil. Certamente, avançaram. O contencioso facilitou a obtenção do consenso político entre 15 países que tinham sistemas produtivos com grandes diferenças de produtividade.

Os EUA caminharam no sentido oposto. Reagiram negativamente contra as decisões da OMC, como se a política de produção e exportação de algodão estivesse correta, negando o que é quase unanimidade até mesmo dentro dos EUA. O Brasil continuou contestando e vencendo seguidamente todas as etapas do contencioso.

Infelizmente, o sistema de regras da OMC não obriga o lado perdedor a alterar sua prática considerada irregular. Oferece ao ganhador instrumentos para penalizar o perdedor, visando a prejudicá-lo no mesmo valor. A ideia é criar instrumento de pressão que motive a mudança considerada irregular perante o sistema de regras do sistema multilateral.

O Brasil se vê, agora, diante da decisão de retaliar o comércio com os EUA. Certamente, o que se deseja é ver os EUA reduzirem os altíssimos subsídios garantidos à produção de algodão, que, como ficou comprovado, prejudicam o Brasil. Até recentemente, os EUA se mantinham numa posição de inércia, parece que aguardando a retaliação, ou talvez na esperança de que o Brasil não fizesse nada, apesar da longa disputa judicial.

A posição americana é difícil de entender. A maior economia do mundo e também a com maiores interesses comerciais deveria ter interesse em cumprir o acordado, fortalecendo o sistema de regras comerciais multilaterais. Este caso expõe as dificuldades da democracia em Washington. Grupos de pressão, muitas vezes pequenos, porém com forte capacidade de mobilização, conseguem paralisar o Poder Executivo, atolado em inúmeras outras prioridades.

Será um teste para o sistema de regras comerciais do multilateralismo. O Brasil precisa insistir, atuando de maneira técnica e cautelosa. O futuro da OMC, enfraquecido pela dificuldade em concluir a Rodada Doha, depende também deste contencioso. Nesta etapa final de administração da vitória, exigem-se do Brasil, novamente, ambição e ousadia.

PEDRO DE CAMARGO NETO é presidente da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína. Foi secretário de Produção e Comercialização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Texto publicado no dia 16 de março de 2010 no jornal O Globo. A veiculação do texto no jornal da Abrapa foi autorizada pelo autor.

01/02

- Abrapa e integrantes da Bolsa Brasileira de Mercadorias (BBM) reuniram-se para discutir a proposta para implantação do Cadastro Nacional de Contratos de Algodão (CNCA), em São Paulo.

02/02

- Abrapa participou de reunião no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para tratar da Consistência das metodologias de análises físicas de Fertilizantes e resultados das análises realizadas em MT.

- O presidente da Abrapa, Haroldo Cunha, reuniu-se com o ministro Carlos Márcio Bicalho Cozendey, diretor do Departamento Econômico do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e com o conselheiro Luciano Mazza de Andrade, da Coordenação Geral de Contenciosos. Na pauta, os recentes encaminhamentos em relação aos resultados do Contencioso do Algodão na OMC.

- O presidente da Abrapa, Haroldo Cunha, reuniu-se com a secretária executiva da Camex, Lytha Spíndola, para tratar dos recentes encaminhamentos em relação aos resultados do Contencioso do Algodão na OMC.

- Abrapa participou da III Reunião de Trabalho "Estratégia Internacional do MAPA: Resultados 2009/ Perspectivas 2010". Na pauta, a agenda da Camex e negociações Intra e Extra Mercosul.

03/02

- Abrapa participou de café da manhã da Frente Parlamentar da Agropecuária. O tema foi a composição das Comissões Permanentes para a Legislação que se inicia.

08/02

- Representantes da Abrapa reuniram-se com representantes da John Deere do Brasil para conversar sobre financiamento agrícola.

- Representantes da Abrapa reuniram-se com representante da Dianthus para conversar sobre estratégia de modernização do Sistema Abrapa de Identificação (SAI).

09/02

- Abrapa realizou reunião para discutir a criação do "Standard Abrapa" para laboratórios de HVI.

10/02

- Abrapa participou da reunião do Grupo de Trabalho sobre sementes. Na pauta, o processo de cobrança de royalties (patentes e capacitação) e a alteração da Lei de Proteção de Cultivares.

- A coordenação do Psoal realizou reunião mensal de elaboração e implantação das diretrizes do Programa.

- Abrapa participou da reunião da Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas - CNCFO. Na pauta, o debate sobre a forma de retirada de cultivares convencionais do mercado de sementes, a posição dos setores produtivo e de sementes sobre a modificação do PL 2.325/2007, da Proteção de Cultivares, certificação de produtos agropecuários entre outros.

23/02

- Pegada Ecológica - Plantio de 53 árvores em Rio Verde (GO) para compensar a emissão de CO2 feita no 2º treinamento do Programa Socioambiental da Produção de Algodão (Psoal).

- Abrapa participou de reunião com Gerardo Fontelles, secretário Executivo do MAPA. Na pauta, a busca de um mecanismo para a solução dos altos custos de financiamento.

- Em Rio Verde, Abrapa e Agopa realizaram palestra de mobilização dos cotonicultores de Goiás para adesão ao Programa Socioambiental da Produção de Algodão (Psoal).

24/02

- Em Uberlândia, na sede da Minas Cotton, Abrapa e Anipa realizaram palestra de mobilização dos cotonicultores de Minas Gerais para adesão ao Programa Socioambiental da Produção de Algodão (Psoal).

25/02

- Abrapa participou de reunião sobre crédito rural. Esteve presente o Diretor de Agronegócios do Banco do Brasil, José Carlos Vaz, que entre outros pontos da pauta, discutiu a operacionalização dos recursos do crédito rural nos estados, endividamento rural e plano agrícola e pecuário safra 2010/11.

- Em Luís Eduardo Magalhães (Bahia), Abrapa e Abapa realizaram palestra de mobilização dos cotonicultores da Bahia para adesão ao Programa Socioambiental da Produção de Algodão (Psoal).

Expediente



Publicidade mensal ABRAPA - Associação Brasileira dos Produtores de Algodão - Endereço para correspondência: SGAN - Quadra 601 - Módulo K - Térreo - Edifício Antônio Ernesto de Salvo - Asa Norte - Brasília/DF - 70.830-903 - Fone: (61) 2109.1606 - Fax: (61) 2109.1607 - **Haroldo Rodrigues da Cunha**, Presidente; **Eduardo Silva Logemann**, Vice-Presidente e Conselheiro Consultivo; **Sérgio De Marco**, Vice-Presidente; **Gilson Ferrúcio Pinesso**, Vice-Presidente; **Almir Montecelli**, 1º Secretário; **Walter Yukio Horita**, 2º Secretário; **Paulo Kenji Shimohira**, 1º Tesoureiro; **Rudy Scholten**, 2º Tesoureiro; **Sérgio Pitt**, 1º Conselheiro Fiscal; **Darci Agostinho Boff**, 2º Conselheiro Fiscal; **Luiz Renato Zapparoli**, 3º Conselheiro Fiscal; **Mário Maeda Ide**, Conselheiro Fiscal Suplente; **Paulo Henrique Paia**, Conselheiro Fiscal Suplente; **João Luiz Ribas Pessa**, Conselheiro Consultivo; **Jorge Maeda**, Conselheiro Consultivo; **João Carlos Jacobsen Rodrigues**, Conselheiro Consultivo e **Ricardo Mariano Marcondes Ferraz** - Diretor Executivo. - **Projeto Gráfico e Diagramação:** Fábio dos Santos ABRAPA - Fone: (61) 2109.1606 - **Jornalistas responsáveis:** Miguel Bueno [DRT 02606/DF] e Marcio Vieira [DRT 3037/13/80DF] - **Coordenação:** Fabiana Feldkircher, Miguel Bueno, Marcio Vieira e Sílmaria Salvati Ferraresi - **Revisão Ortográfica:** Paulo Henrique Castro - **Impressão:** GH Comunicação Gráfica - Fone: (61) 3344 2666 - Brasília-DF **Tiragem:** 3.000 exemplares.

Aberto o caminho para a retaliação cruzada

Numa atitude inédita na relação comercial Brasil e Estados Unidos, a Câmara de Comércio Exterior (Camex), além de disponibilizar a lista de itens com produtos norte-americanos que podem sofrer aumento no imposto de importação, colocou em consulta pública 21 medidas com vistas a retaliação cruzada contra os Estados Unidos, conforme prevê as regras da OMC, relativo ao contencioso do algodão. Os interessados terão 20 dias para enviar sugestões à Camex.

A consulta pública refere-se a medidas de retaliação em propriedade intelectual e serviços. Entre eles a quebra de patentes de produtos ou processos relativos a medicamentos, incluindo também medicamentos veterinários, além de produtos químicos agrícolas. A quebra de direitos autorais, como para execução pública de músicas, filmes e a possibilidade de licenciamento de patentes de medicamentos sem autorização do titular, também estão incluídos na lista.

Após o fim da consulta pública, o governo oficializará as medidas de retaliação cruzada, cujo impacto deve ser de US\$238 milhões. A área de propriedade intelectual é mais sensível para os EUA. A abertura da consulta pública em propriedade intelectual é mais uma ação do governo brasileiro para tentar eliminar os subsídios e evitar a retaliação. A indústria farmacêutica dos EUA já iniciou um lobby forte para forçar o governo local a

negociar com o Brasil.

Para o diretor do Departamento Econômico do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Carlos Márcio Cozendey, a segunda parte da retaliação brasileira aos Estados Unidos pelo contencioso do algodão, que inclui propriedade intelectual e serviços, pode baratear os preços de alguns produtos para o consumidor brasileiro, possivelmente nas áreas de medicamentos, música, filmes, programas de computador e obras literárias.

O valor da chamada "retaliação cruzada", pois inclui setores diferentes de bens (foco original da disputa com os EUA), pode chegar a US\$ 238 milhões. "Imagine uma emissora de TV. Se ela tiver a possibilidade de exibir um filme americano sem pagar os direitos autorais. Em tese, ela terá mais incentivos para exibir o filme na sua programação", afirmou o diretor.

A secretária-executiva da Câmara de Comércio Exterior (Camex), Lytha Spíndola, disse acreditar que os Estados Unidos não têm interesse em serem retaliados pelo Brasil. "Tivemos indicações firmes de que eles querem negociar, mas para desencadear esse processo com sucesso, eles afirmam que precisam de mais tempo para conversar com o Congresso americano. Estamos abertos a negociações e eles afirmam que querem seguir as medidas da OMC. Eles estão sendo informados sobre nossos prazos e etapas, e acredito que tenham interesse em negociar o quanto antes", afirmou.

Segundo o presidente da Abrapa, Haroldo Cunha, a lista de retaliação é um mecanismo de pressão sobre os Estados Unidos para um possível acordo. "A retaliação não é o fim, mas um meio de pressionar o governo americano para que haja mudança no sistema de subsídios, considerados abusivos", disse Cunha em entrevista coletiva sobre a divulgação da lista de bens pela Camex, em Brasília.

O presidente da Abrapa disse também na entrevista coletiva que a divulgação da lista de produtos que terão alíquota de importação majorada pela Camex foi muito importante porque, de mais de 400 casos como esse na OMC, apenas oito chegaram ao ponto de ter direito de retaliação. Os Estados Unidos não se posicionaram quanto à retirada dos subsídios destinados aos produtores, mesmo após a publicação final, ocorrida em março, de produtos que podem sofrer aumento no imposto de importação. A resposta ao silêncio americano foi a disponibilização das 21 medidas para retaliação cruzada.

A disputa comercial começou em 2002 e é uma das poucas em que a OMC autorizou uma retaliação cruzada, ou seja, a parte prejudicada pode retaliar contra um setor não envolvido na disputa. O Brasil se tornaria assim o primeiro país a aplicar a retaliação cruzada sob as regras da OMC. O comércio bilateral entre os dois países caiu para US\$ 36 bilhões em 2009, ante US\$ 53 bilhões em 2008.

CARLOS RUDINEY/ABRAPA

10



A recente decisão do STF sobre a inconstitucionalidade do Funrural

Carlos Palmeira, consultor jurídico da Abrapa

Com a recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), proferida no último dia 3 de fevereiro, por unanimidade, foi declarada inconstitucional a cobrança da contribuição social exigida do produtor rural (pessoa natural que explore atividade agropecuária), incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização de sua produção, isto é, do Funrural.

O caso julgado pelo STF se refere a uma ação do Frigorífico Mataboi, que é responsável, por substituição tributária, pelo recolhimento do Funrural. Este julgamento teve início, no STF, em novembro de 2005, com o voto do relator, ministro Marco Aurélio. Retomado o julgamento em novembro de 2006, outros quatro ministros votaram acompanhando o relator, quando então pediu vista o ministro Cezar Peluso. Com a apresentação do seu voto e os dos demais ministros na sessão de julgamento do dia 3 de fevereiro, o STF decidiu por desobrigar o Frigorífico Mataboi da retenção e do recolhimento da contribuição social ou do seu recolhimento por subrogação sobre a “receita bruta proveniente da comercialização da produção rural” de empregadores (pessoas naturais fornecedoras de bovinos para abate).

O STF entendeu que há necessidade de lei complementar para a válida instituição do Funrural, o que não foi observado pelo legislador neste caso, bem como entendeu que antes da edição da Emenda Constitucional nº 20, de 1998, não se poderia instituir contribuição social sobre receita, em razão da falta de previsão constitucional.

Entenderam ainda os ministros do STF que, mesmo que se admitisse que a "receita bruta proveniente da comercialização da produção rural" fosse equiparável a faturamento para fins de adequação à Constituição, o Funrural também seria inconstitucional pela implicação em *bis in idem*, isto é, de duas contribuições com o mesmo fato gerador e com a mesma finalidade de custear a seguridade social. Isso porque a Cofins, de acordo com o art. 195, I, da Constituição, é a contribuição que incide sobre o faturamento.

Além disso, neste mesmo julgamento, o STF negou o pedido de modulação dos efeitos da decisão, formulado pela União. Com essa decisão do STF, contribuintes e responsáveis pelo recolhimento do Funrural passam a contar com importante jurisprudência, que lhes permitirá requerer a devolução de valores indevidamente pagos, considerando o período prescricional, bem como requerer o direito de não mais sofrer a retenção ou de recolher o Funrural.

De acordo com a Procuradoria da Fazenda Nacional, a decisão do STF significa uma derrota de cerca de 12 bilhões de reais para os cofres públicos, valor este que se refere ao que foi cobrado indevidamente nos últimos cinco anos, e uma redução de aproximadamente 2,5 bilhões de reais por ano, que deixarão de ser recolhidos.

A decisão tomada pelo STF, entretanto, é válida apenas para as partes envolvidas, não sendo aplicável a terceiros. Assim, os produtores de algodão que pretenderem buscar valores indevidamente retidos a título de Funrural e/ou garantirem que o Funrural não deve ser retido, daqui para a frente, devem buscar na Justiça o seu direito.

Além disso, é importante destacar o fato de que, embora o STF tenha decidido

neste caso a favor do responsável, por substituição tributária, pelo recolhimento do Funrural, não foi decidido nem é pacífica a questão de quem possui o direito de brigar pela inconstitucionalidade do Funrural. Isto é, ou os produtores rurais, que são os contribuintes, já que a contribuição social é exigida sobre a receita bruta proveniente da comercialização de sua produção, ou os compradores da sua produção, que, por expressa previsão em lei, são considerados responsáveis pela retenção e pelo recolhimento do Funrural.

Os produtores de algodão, tanto aqueles que já discutem o Funrural na Justiça como aqueles que nunca o contestaram, devem buscar orientação jurídica adequada, a fim de coordenar seus esforços e unir estratégias de ação que tragam benefícios a todos. Primeiro, porque a decisão do STF constitui importante precedente a ser alegado em qualquer instância. Segundo, porque precisam assegurar na Justiça a sua legitimidade como contribuintes que devem ter o direito à restituição dos valores indevidamente retidos e o direito a não mais sofrer a retenção do Funrural. E em terceiro lugar, porque podem ter que vir a enfrentar na Justiça as empresas que compram a sua produção, pois elas também podem alegar que são os legítimos titulares desses direitos, já que são os responsáveis por substituição tributária.



Standard Abrapa indicará os melhores laboratórios aos produtores

A Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa) se reuniu no dia 9 de fevereiro com representantes de laboratórios que analisam as propriedades e qualidades da fibra do algodão, por meio do teste *High Volume Instrument (HVI)*, para discutir a criação do novo programa *Standard Abrapa*. Trata-se de uma iniciativa que pretende credenciar os laboratórios e indicar aos produtores os que estiverem dentro dos padrões internacionais. O programa da Abrapa vai, primeiramente, incentivar os laboratórios a participarem dos testes trimestrais (*Round Trial*) do Commercial Standardization of Instrument Testing of Cotton (CSTIC), para verificar os padrões de cada um. De acordo com o presidente da Abrapa, Haroldo Cunha, após os testes trimestrais do CSTIC, um Grupo de Trabalho (GT) composto por sete pessoas foi criado para definir os parâmetros aceitáveis para a classificação dos laboratórios (check list), com base na Padronização Comercial de Teste de Algodão com Instrumentos (CSITC). “Após o levantamento e a definição dos parâmetros, será designada uma consultoria para vistoriar esses laboratórios e, com isso, saber se estão dentro dos padrões exigidos”, explica.

Em caso de resultados “fora do padrão”, o laboratório que participar do teste receberá um diagnóstico detalhado, com o objetivo de orientá-lo para se adequar aos

padrões internacionais e entender os problemas relacionados ao desempenho do instrumento. “A primeira reunião do GT está prevista para o dia 1º de abril. A participação será uma prática recomendada para cumprir os requisitos de gerenciamento de qualidade nos laboratórios”, conclui o presidente da Abrapa.

Certificado

Em entrevista à Abrapa, o agricultor João Pessa comentou os benefícios que esses testes em laboratórios podem trazer e, segundo ele, o novo programa *Standard Abrapa* vai trazer benefícios tanto para o presente momento quanto para o futuro. “O produtor vai ter um certificado de qualidade, que vai valorizar o algodão, ou seja, o produto poderá ser vendido até por um preço melhor”, disse Pessa.

“Os laboratórios que farão parte do *Tound Trial/CSITC* serão mais confiáveis do que os que não passarem pelo teste de avaliação de qualidade. Os testes são de grande importância para que os laboratórios possam se adequar aos padrões internacionais”, concluiu o produtor João Pessa.

O teste HVI permite verificar o comprimento da fibra, a uniformidade, a resistência (o *micronaire*), a reflectância, o grau de amarelamento, o trash (aquilo que não é fibra), entre outras particularidades do produto.

Round Trials

Este ano será a quarta edição da força-tarefa para Padronização Comercial de Testes de Algodão por Instrumentos. Serão realizados testes trimestrais conhecidos como *Round Trials*, ou seja, quatro ao ano, para verificar os padrões dos laboratórios. Estes podem participar dos testes mesmo que tenham deixado de participar de etapas anteriores.

Todos os laboratórios capazes de medir amostras de algodão por instrumentos (HVI) ou que utilizam Calibração Universal de Amostras para *micronaire*, comprimento, uniformidade de comprimento e resistência RD cor e + b cor serão incentivados a participar dos testes.

Os resultados confirmarão a capacidade do participante em fornecer resultados confiáveis de maneira constante, com base nos padrões internacionais estabelecidos. Os laboratórios serão beneficiados com o *feedback* fornecido futuramente aos produtores sobre os resultados comparados às medidas dos resultados dos outros participantes.

Após toda a operacionalização e realização dos testes, o ICAC especificará uma pessoa de confiança para receber os resultados dos laboratórios brasileiros para aplicar o novo programa *Standard Abrapa*. O programa será discutido em Bremen, Alemanha, em março de 2010, com o Instituto de Fibra.

CARLOS RUDINEY/ABRAPA



PSOAL entra em campo nos estados de GO, MG e BA

Programa tem como objetivo, entre outros, intensificar a orientação e conscientização dos produtores sobre as necessidades de práticas de cultivo social e ambientalmente corretas

O Programa Socioambiental da Produção de Algodão (Psoal) recebeu três reforços de peso ao ser lançado nos estados de Goiás, Minas Gerais e Bahia, entre os dias 23 a 25 de fevereiro, pela Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa). Representantes das entidades dos três estados receberam orientações, por meio de palestras, para intensificar a orientação e conscientização dos produtores de algodão sobre as necessidades de práticas de cultivo social e ambientalmente corretas.

No primeiro dia do evento, a Abrapa esteve em Rio Verde (GO), onde o lançamento deu continuidade aos trabalhos já iniciados em Mato Grosso do Sul e São Paulo, em dezembro de 2009. Goiás contou com duas ações: a pegada ecológica e a palestra de mobilização. Em relação à primeira, foram plantadas 53 mudas de ipês, próximo à nascente do ribeirão Abóbora.

Segundo o presidente da Abrapa, Haroldo Cunha, “a finalidade do plantio é neutralizar o carbono emitido durante o 2º treinamento do Psoal, realizado pela Abrapa, juntamente com representantes das estaduais”. Cerca de oitenta pessoas participaram da palestra de mobilização, onde foram assinadas mais de 15 adesões imediatas ao programa.

A Abrapa deu continuidade ao programa em Uberlândia (MG), onde apresentou o funcionamento do Psoal com ênfase em como os produtores podem aplicar o check list em suas propriedades.

Ao aderir ao programa, o produtor deve cumprir algumas exigências, tais como: 1) fazer uma interação entre a equipe técnica e um representante habilitado para receber as orientações,

2) comprometer-se a realizar a autoavaliação mediante o preenchimento do check list, 3) apresentar um plano de adequação às normas regulamentadoras de saúde e segurança do trabalhador, caso seja detectado na propriedade rural do produtor alguma inconformidade técnica.

A consultora Márcia Beatriz Leal Osório está orientando as equipes técnicas para que alertem os produtores em relação às não-conformidades de todos os pontos exigidos pelas leis, para que o setor tenha o reconhecimento da sociedade. Entre as legislações consideradas estão a ambiental, a trabalhista e a social.

Por último vem a legislação social, que determina que o produtor deve estar de acordo com os Direitos da Criança e do Adolescente, com a Declaração dos Direitos Humanos, com os Direitos dos Portadores de Deficiência Física e com a não-utilização de trabalho infantil, forçado ou escravo. Os produtores que cumprirem as normas exigidas poderão solicitar uma auditoria para que possa harmonizar as medidas tomadas com as metas propostas pelo Programa.

Os baianos também prestigiaram o lançamento do Psoal, no último dia da caravana, no CBTO, em Luís Eduardo Magalhães (BA). Cerca de 100 produtores participaram da programação. Prestigiaram também o encontro a procuradora do Ministério Público do Trabalho da 5ª Região, Luana Lima Duarte Vieira Leal; o presidente da Abapa, João Carlos Jacobsen; e o presidente do Fundeagro, Ezelino Carvalho. “Pretendo monitorar a evolução desse trabalho e verificar como as fazendas vão estar a partir dessa nova proposta”, enfatizou a procuradora Luana Leal.



CARLOS RUDINEY/ABRAPA



Palestras de mobilização Psoal, em Goiás, Minas Gerais e Bahia.

Audiência pública reúne 2,5 mil em Ribeirão Preto. A Appa esteve presente

A Comissão Especial da Câmara dos Deputados que dará parecer sobre a atualização do Código Florestal Brasileiro realizou, no dia 3 de fevereiro, em Ribeirão Preto (SP), a 25ª audiência pública para o recebimento de propostas e sugestões. O presidente da Associação Paulista dos Produtores de Algodão (Appa), Ronaldo Spirlandelli Oliveira, esteve presente. Cerca de 2.500 pessoas – entre produtores rurais e representantes de diferentes cadeias do agronegócio, integrantes de movimentos sociais, ONGs e especialistas – participaram do encontro. O secretário estadual de Agricultura e Abastecimento, João Sampaio, prefeitos e vereadores paulistas também estiveram presentes.

“Este é o fórum para o debate dos nossos interesses comuns. Mas penso que teríamos que nos anteceder à apresentação de uma proposta formal da legislação. Os deputados que conhecem o agronegócio defenderam com proprie-

dade a elaboração de uma lei exequível e que preserve o meio ambiente”, afirmou o secretário estadual.

O deputado Duarte Nogueira foi o coordenador da audiência pública, que contou também com a presença do presidente da Comissão Especial, Moacir Micheletto (PMDB/PR); o relator, Aldo Rebelo (PC do B/SP); o 1º vice-presidente, deputado Anselmo de Jesus (PT/RO); o 2º vice-presidente, Homero Pereira (PR/MT); e os deputados Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP), Valdir Colatto (PMDB/SC) e Paulo Piau (PMDB/MG).

De acordo com os deputados da comissão, o relatório deverá ser finalizado e votado até março e enviado à apreciação do plenário da Câmara, em abril. As audiências públicas prosseguirão até o final deste mês e, encerrado o cronograma de visitas, a comissão terá percorrido todas as regiões do país.

Como palestrantes, participaram do evento a coordenadora da Área de

Meio Ambiente do Ministério Público de São Paulo, Cristina Godoy de Araújo Freitas; o professor e autor do Código Ambiental Comentado, Luís Carlos Silva de Moraes; a diretora-executiva da ABAG-RP, Mônica Bergamaschi; o presidente do Sindicato Rural de Ribeirão Preto, Joaquim Augusto de Azevedo Souza; o juiz aposentado e advogado José Maria da Costa; o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (Fetaesp), Braz Albertini; e o presidente da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp), Elio Neves.

De acordo com o deputado Duarte Nogueira, que apresentou requerimento na comissão para a realização da audiência em Ribeirão Preto, o evento atingiu seus objetivos. “Dos encontros realizados, foi o mais concorrido no que diz respeito às lideranças presentes e às propostas apresentadas”, disse.



Ampasul e Fundação Chapadão reúnem-se para discutir o Dia do Algodão dos Chapadões 2010

De olho na organização do Dia do Algodão 2010, dirigentes da Associação Sul Mato-Grossense dos Produtores de Algodão (Ampasul), da Fundação Chapadão e os proprietários da FCB Empresas, onde será realizado o encontro deste ano, reuniram-se para acertar os detalhes do evento marcado para a primeira quinzena de julho.

Este é o maior evento do algodão em Mato Grosso do Sul, organizado para promover a integração dos produtores e das equipes técnicas, assim como para trazer informações tecnológicas e divulgar o algodão dos Chapadões, mostrando o diferencial de qualidade e o resultado de excelentes condições topográficas, climáticas e tecnológicas da região.

A Ampasul idealizou o evento em 2007, que ocorreu na região de Baús, município de Costa Rica (MS). Em 2008,



ocorreu em Chapadão do Sul (MS). Já em 2009, o evento aconteceu em Chapadão do Céu (MS), resultado de uma parceria com a Agopa. Neste ano, o cronograma está sendo discutido e poderá sofrer algumas modificações, para melhorar ainda mais a dinâmica de visitas para todos que participarem do Dia do Algodão dos Chapadões.

A estimativa é a de que o encontro

reúna mais de 500 pessoas, entre produtores, técnicos, pesquisadores, comerciantes, industriais e representantes dos demais segmentos da cadeia do algodão do Centro-Oeste e do Brasil. No Dia do Algodão também será realizada a abertura oficial da colheita do algodão da safra 2010, na Região dos Chapadões. A Fundação Chapadão, parceira da Ampasul, já implantou na propriedade onde ocorrerá o encontro os experimentos de algodão adensado com espaçamento de 45 cm, que irão demonstrar as diferentes aplicabilidades para o produtor conduzir a sua adubação, o regulador de crescimento e as variedades de materiais. Além disso, o evento também deverá contar com uma palestra focando a valorização do algodão dos Chapadões no contexto mundial.

Agopa lança Programa Socioambiental em Goiás

A Associação Goiana dos Produtores de Algodão (Agopa) lançou em Rio Verde (GO), no dia 23 de fevereiro, o Programa Socioambiental da Produção de Algodão (Psoal). O programa é uma iniciativa da Abrapa e das estaduais que a compõem para intensificar a orientação e a conscientização dos produtores de algodão sobre as necessidades e as vantagens de se adotar, no campo, práticas de cultivo socialmente corretas.

No evento, a Agopa levou aos produtores de algodão informações sobre a legislação socioambiental para a preservação do meio ambiente e, em especial, para a proibição do trabalho infantil e do trabalho forçado, degradante ou indigno. As ações se iniciaram às 10 horas com o plantio de 53 mudas de ipês próximo à nascente do ribeirão Abóbora. As mudas foram plantadas pela Agopa para neutralizar o carbono emitido durante o segundo treinamento do Psoal realizado pela Abrapa junto aos representantes das estaduais. Das 53



Agopa realiza primeira pegada ecológica do Psoal

mudas, uma foi plantada para neutralizar o CO2 emitido pelo caminhão que levou as plantas até o local.

No período da tarde, foi realizado o lançamento oficial do Psoal em Goiás com a palestra da consultora Márcia Beatriz Leal Osório. Na ocasião, ela explicou aos produtores presentes o que é o programa, como funciona e como eles podem desenvolver os trabalhos em suas propriedades. “A adesão é voluntária. O produtor vê, de dentro de sua propriedade, as exigências do mercado e as condições de trabalho de seus funcionários e decide, junto à sua equipe, se deve participar

ou não”, explica a consultora.

Segundo o presidente da Agopa, Marcelo Swart, o Programa Socioambiental da Produção de Algodão é de grande importância porque, além de orientar os cotonicultores sobre as causas socioambientais, ainda divulga e estimula os produtores ao cumprimento dos princípios da *Better Cotton Initiative* (BCI) para a produção de um “algodão melhor”. “Os cotonicultores goianos têm interesse neste assunto. É necessário que nós levemos a eles todas as informações que possibilitem o cumprimento da legislação”, acrescenta.

Abapa e Monsanto dialogam sobre biotecnologia para as lavouras de algodão

As tecnologias futuras e o licenciamento de produtos de biotecnologia voltados às lavouras de algodão foram os principais tópicos de uma reunião realizada entre representantes da Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abapa), da Monsanto Estados Unidos e da Monsanto Brasil na sede da Abapa, em Barreiras (BA). A Bahia, segundo maior estado produtor do Brasil, reconhecido pela qualidade superior de sua fibra, só começou a dispor de eventos transgênicos há três anos. Porém, como as tecnologias aprovadas já chegaram com atraso, foram reduzidos os efeitos positivos que poderiam ocorrer na produtividade da fibra baiana. A região Oeste da Bahia detém uma das maiores médias de produtividade do mundo, de 270 arrobas de algodão em caroço.

“As primeiras aprovações demoraram demais a sair e, quando chegaram às

lavouras, já estavam defasadas. Agora, aguardamos três novos eventos já aprovados. Acreditamos que, com o entendimento da CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança) sobre a segurança dos transgênicos, além do empenho dessa Comissão em agilizar os processos, mantendo o devido rigor, as novas liberações serão mais rápidas”, disse o presidente da Abapa, João Carlos Jacobsen.

O encontro contou com a participação de dois líderes mundiais na pesquisa de biotecnologia para o algodão da Monsanto, Richard Gaudet e Leslie Harrison, que ouviram os cotonicultores e suas demandas. Durante o período em que permaneceram no Oeste da Bahia, os pesquisadores americanos visitaram fazendas da região.

No encontro, os produtores conheceram como são realizados os procedimentos de pesquisa da empresa nos Estados

Unidos e alguns detalhes de produtos que serão lançados nos próximos dez anos. De acordo com o engenheiro agrônomo e representante técnico de vendas da Monsanto, Júlio Lautert, serão plantas que terão de dois a oito eventos (gens) com características diversas inseridas. As principais tecnologias envolvem a segunda geração de plantas com resistência a insetos e herbicidas, mas também favorecem a tolerância a estiagens e a capacidade de potencializar o nitrogênio, além de propiciarem a produção de soja, cujo óleo é livre de gordura trans e gordura saturada.

Também participaram da reunião Hermes Simões, diretor-executivo da Abapa; Ricardo Almeida, representante da área de estratégia e gerenciamento de produtos da Monsanto do Brasil; Júlio Negrelí, gerente de marketing da Monsanto do Brasil; e Anderson Pereira, representante técnico de vendas da Dekalb/Deltapine.

Cotonicultores de MT fizeram viagem comercial a países da Ásia e África

Diretores e filiados da Associação Mato-Grossense dos Produtores de Algodão (Ampa) viajaram no dia 28 de fevereiro em missão comercial para alguns países da Ásia: Indonésia, Taiwan, China, Coreia do Sul, Japão e Tailândia. Nesses países, que são os principais importadores do algodão mato-grossense, a delegação de cotonicultores dará sequência ao projeto de marketing desenvolvido pela Ampa.

“Fomos conhecer o andamento da safra em curso, falar sobre a qualidade da última safra colhida e transmitir aos nossos clientes mundo afora que estamos produzindo e aprimorando a qualidade da nossa matéria-prima”, frisou o presidente da Ampa, Gilson Ferrúcio Pinesso (foto).

Antes dos países da Ásia, os produtores desembarcaram em Cartum, capital do Sudão. Naquela nação africana, a delegação retribuiu a visita de representantes do governo sudanês feita no ano passado. Nesse encontro com os africanos em 2009, em Cuiabá (MT), diretores da Ampa discutiram assuntos de interesse do



Instituto Mato-Grossense do Algodão (IMAmt), como a transferência de tecnologia de plantio em escala empresarial e a possibilidade de fornecer, ao Sudão, novas variedades e sementes de algodão das quais o IMAmt é detentor. “Aproveitamos essa ida a Cartum para conhecer o potencial produtivo do Sudão, inclusive a dispo-

nilidade de terras para a parceria no cultivo de algodão, soja e milho”, informou Gilson Pinesso.

Destaque – A produção de algodão em Mato Grosso tem colocado o estado em destaque nacional pela quantidade da matéria-prima produzida e pela qualidade da fibra, que tem reconhecimento internacional. Na safra 2008/2009, os cotonicultores mato-grossenses plantaram 387,4 mil hectares e colheram 614,2 mil toneladas de pluma.

Das 504.916 toneladas de algodão exportadas pelo Brasil no ano passado, Mato Grosso participou com 297.918 toneladas. Essa quantidade de pluma comercializada por Mato Grosso, principalmente para o mercado asiático, corresponde a 59% da produção nacional. “Isso revela claramente que Mato Grosso, além de ser o maior produtor brasileiro de algodão, é um exportador em potencial”, destacou Gilson Pinesso, complementando que a viagem à África e à Ásia consolidou as negociações com o mercado mundial.



Amipa reforça equipe técnica de campo e instala UTD no Norte de Minas

Com o objetivo de contribuir para a melhoria contínua e a evolução técnica da agricultura familiar da região do Norte de Minas, a Associação Mineira dos Produtores de Algodão (Amipa) – com recursos do Fundo de Desenvolvimento da Cotonicultura do Estado de Minas Gerais (Algominas) – contratou o engenheiro agrônomo Luis César Garcia de Oliveira, intensificando o seu serviço de assistência técnica junto aos pequenos agricultores dessa região.

O trabalho de Luis César Garcia se baseia na visita às propriedades, a fim de orientar os agricultores familiares sobre as técnicas e os manejos da cultura do algodão. Controle de pragas e ervas invasoras, uso de reguladores de crescimento e adubações são a tônica de seu trabalho. Outras orientações – como a venda da

pluma livre de atravessadores, a importância do associativismo e do cooperativismo e o cumprimento do vazio sanitário – fazem parte de seu portfólio de ações na região.

“É um profissional qualificado e com grande experiência na cultura do algodão. O objetivo dessa contratação é, por intermédio da assistência técnica qualificada, buscar a sustentabilidade e a organização dos produtores que estão carentes de informações. A Amipa continua cumprindo seu papel de assistir a agricultura familiar e apoiar a retomada da cultura do algodão em todas as regiões produtoras de Minas Gerais”, afirma o diretor executivo da entidade, Lício Pena.

Outra vertente da ação da Amipa na região é o investimento em pesquisa. A instalação de uma Unidade Técnica

Demonstrativa (UTD), em parceria com a Unimontes, a Emater e a Epamig, é prova da preocupação em manter e incentivar a formulação de pesquisas próprias da região. Nessa UTD, a Unimontes irá monitorar o comportamento de diversas variedades, além de realizar outras observações, tais como as relacionadas a atividades de manejo, adensamento, reguladores de crescimento, pragas, doenças e nutrição.

“É nossa meta o investimento em pesquisas. Uma parceria com uma universidade instalada na região é importante, pois – além dos resultados e das informações obtidos por trabalhos científicos – despertamos o interesse dos acadêmicos para importância socioeconômica da cultura do algodão para o Norte de Minas Gerais”, salienta Lício Pena.

Andrew MacDonald, assessor para assuntos internacionais da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa)



CARLOS RUDINEY/ABRAPA

O nome de Andrew MacDonald se confunde com a história do algodão brasileiro na última década, quando o produto nacional deu um salto quantitativo e qualitativo. Apesar de ter se aposentado, em 2002, como diretor da Santista Têxtil, ele se manteve ativo no setor. Caso contrário, o atual assessor para assuntos internacionais da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa) não teria passado por cargos como a presidência do *International Cotton Association* (ICA) e da *International Textile Manufacturing Federation* (ITMF), onde ainda hoje ocupa o cargo de representante do Brasil, além de ter sido condecorado por Sua Majestade, a Rainha, devido aos serviços prestados à comunidade britânica em São Paulo. Nesta entrevista exclusiva ao Jornal da Abrapa, MacDonald explica a implantação do programa Standard Abrapa e ainda fala sobre a entrada do Brasil no Fórum Internacional para a Promoção do Algodão.

Jornal da Abrapa: Para elevar a credibilidade dos laboratórios brasileiros e a confiabilidade dos produtores em relação aos testes para medir as características intrínsecas do algodão, foi criado o programa Standard Abrapa. Qual é a importância desse novo programa para o produtor e como ele vai interferir nas exportações?

Andrew MacDonald: A classificação por instrumento do algodão brasileiro nem sempre é considerada confiável pela maioria dos compradores internacionais, uma vez que basta um ou dois laboratórios fornecerem resultados não confiáveis e isso já é suficiente para manchar a imagem do nosso algodão. Por isso, a Abrapa está implantando, em parceria com as demais entidades, o novo programa, que em conjunto com centros de referência de testes de algodão do mundo, como o USDA e o Instituto de Bremen, vai permitir ao Brasil avaliar a consistência e a confiabilidade de todos os laboratórios no país. Com essa avaliação, nós poderemos divulgar os nomes dos laboratórios que alcançam esse padrão

comercial que a Abrapa considera um nível desejado. O programa é de vital importância, pois com a credibilidade da nossa classificação por instrumentos, poderemos eliminar o alto custo do *take up*. Além disso, os produtores terão a certeza de receber o valor real pelo seu algodão e não correrão o risco de ter uma classificação depreciada por um classificador inexperiente. Por fim, os clientes terão a informação correta no que concerne ao algodão embarcado antes da sua chegada. Assim, os produtores poderão planejar suas misturas com bastante antecedência e, como consequência, irão carregar um menor estoque, o que significa uma redução de custos. Além disso, tal medida pode possibilitar que eles paguem um preço mais alto pelo algodão.

JA: Para inspecionar os laboratórios foi criado um grupo de trabalho. Qual é a importância desse grupo e quem são os membros?

AM: Um grupo de trabalho foi formado, a princípio, para dar um suporte na implementação no programa com CSITC, para a classificação do algodão por instrumentos do ICAC, e discutir a maneira como o grupo pode auxiliar os laboratórios a garantir que os resultados sejam precisos e confiáveis, em função das condições físicas de cada um deles. Os membros são: Andrew MacDonald (Abrapa), Michael Hans Ruckriem (ANEA), Sérgio da Costa Vieira (Febet), Fernando Schmidt (Kullman), Cavalcante Miranda (EBDA/Abapa), Hideko Tsukide e Arildo P. Lima (BVM&S) e representante da ABIT.

JA: Como funciona a parte operacional do programa?

AM: Em cada *round test*, cinco amostras de algodão com valores conhecidos são enviadas para cada laboratório participante. Cada amostra é testada seis vezes por dia, em cada instrumento de HVI do laboratório, durante cinco dias, num total de 150 testes, que contemplam seis parâmetros do CSITC (Programa do ICAC:

Padronização Comercial para Teste do Algodão por Instrumento), como comprimento, índice de uniformidade, micronaire e resistência, reflectância (ou rd) e brancura (ou +b). Deste modo, serão avaliados 900 resultados de testes (ou seja, 150 testes para os seis parâmetros) de cada instrumento. Os resultados para cada *round test* são coletados pelo USDA e enviados para o Bremen Fibre Institute, para avaliação. Cada instrumento tem uma pontuação no ranking geral, assim como pontuação nos rankings por performance em cada um dos seis parâmetros. Os rankings são baseados nas quatro primeiras amostras de algodão *upland*, cujos dados são conhecidos. O propósito da quinta amostra em todo o *round test* é para os estudos específicos. Porém, a quinta amostra não é usada para ranquear a performance do laboratório. Os resultados para cada instrumento são confidenciais. Cada laboratório recebe a avaliação da sua performance no teste e um diagnóstico detalhado dos resultados.

JA: A Abrapa foi convidada para ser um membro do Fórum Internacional para a Promoção do Algodão (IFCP). Qual será a função da associação nesse fórum e qual é a importância desse fato para o algodão brasileiro?

AM: O Brasil é um membro do IFCP desde a sua criação, sendo que eu representava a indústria têxtil brasileira, como fundador presidente. Eu ainda sou um representante do País no fórum, mas há pouco tempo foi decidido que se convidasse também a associação dos produtores para que ela se torne membro, a fim de que, com a sua importância e representatividade, possa contribuir com a promoção do consumo de algodão no mundo. A importância do fórum está na capacidade de ajudar a promover o consumo do algodão nos países membros do ICAC. Com esse objetivo, o Brasil tem um programa de promoção excelente, que tem dado suporte para toda a cadeia. Ou seja, dos produtores até o consumidor final.

Master

MONSANTO
imagine™



Gold



Bayer CropScience

FMC



JOHN DEERE

Silver

BASF
The Chemical Company

IHARA
Agricultura
é a nossa vida

syngenta

Fundos

FUNDEAGRO

Ima mt
INSTITUTO MATO-GROSSENSE DO ALGODÃO



FIALGO
Fundo de Incentivo
à Cultura do Algodão em Goiás

Apoio



CASE III
AGRICULTURE

FUNDEAGRO

Fundo para o Desenvolvimento do Agronegócio do Algodão

Desde sua criação em 2002, o FUNDEAGRO vem apoiando projetos de pesquisa e de desenvolvimento do agronegócio do algodão na Bahia.

A parceria PROALBA, FUNDEAGRO e GOVERNO DA BAHIA através do incentivo a projetos social e ambientalmente adequados, a qualificação profissional, proporcionando mudança na vida de milhares de pessoas representa um fator de crescimento da nossa cotonicultura e cidadania do nosso povo.



Ima mt

INSTITUTO MATO-GROSSENSE DO ALGODÃO

**Pesquisa, Extensão e Difusão de
Tecnologia para os Produtores do
Cerrado**

